ECONOMIA

Avanço. O mercado financeiro estima que o setor público registrará superávit em suas contas somente em 2028 e que a dívida pública brasileira continuará crescendo nos próximos anos, atingindo 89% PIB em 2032. Em junho, o endividamento somou 73,6%.

RUBENS FROTA

ECONOMIA

Inadimplência atinge 66 milhões

O número de inadimplentes no País teve uma pequena queda em julho de 2023, a segunda queda consecutiva após meses de crescimento no país, e atinge 66,11 milhões de brasileiros. Levantamento da CNDL e SPC Brasil aponta que quatro em cada dez brasileiros adultos (40,51%) estavam negativados em julho deste ano, quando o volume de consumidores com contas atrasadas cresceu 6,79% em relação ao mesmo período de 2022. A variação anual observada em junho deste ano ficou abaixo da verificada no mês anterior. Na passagem de junho para julho, o número de devedores cresceu 0,16%. O crescimento do indicador anual se concentrou no aumento de inclusões de devedores com tempo de inadimplência de 1 a 3 anos (21,95%).

O número de devedores com participação mais expressiva no Brasil em julho está na faixa etária de 30 a 39 anos (23,73%), ou seja, são 16,38 milhões de pessoas registradas em cadastro de devedores nesta faixa. Isso significa que quase metade (48,03%) dos brasileiros deste grupo etário estão negativados. A participação dos devedores por sexo segue bem distribuída, sendo 51,09% mulheres e 48,91% homens. Em julho de 2023, cada consumidor negativado devia, em média, R$ 4.101,53 na soma de todas as dívidas. Considerando todas essas dívidas, cada inadimplente devia, em média, para 2,06 empresas credoras.

Ceará vai contra

Dados do Indicador de Inadimplência divulgados pelo SPC Brasil e pela FCDL-CE mostram que o número de negativados no Ceará cresceu 16,89% em julho de 2023, em relação ao mesmo mês do ano anterior. Na comparação mensal, isto é, entre julho e o mês anterior, o número de negativados cresceu 5,63% no Estado. Já o valor médio devido por cada negativado foi estimado em R$ 3.450,49. A queda da renda média, observada ao longo do último ano, ajuda a explicar esse movimento.

123, bum!

O MTur anunciou várias sanções impostas à 123milhas após a companhia anunciar que não vai emitir passagens com embarque previsto entre setembro e dezembro de 2023 da linha promocional. Ainda, o Governo Federal vai analisar a viabilidade do modelo de negócios da empresa, que teve cadastro suspenso no Cadastur, sistema que reúne empresas e pessoas físicas prestadoras de serviços na área de turismo - quesito obrigatório para o pleno funcionamento de agências de turismo.

Imposto sindical: Proposta desconta até três dias

Seis anos após a reforma trabalhista de Temer ter entrado em vigor, o Ministério do Trabalho de Lula quer trazer de volta a cobrança do imposto sindical, extinto em 2017. A proposta prevê a cobrança de uma taxa vinculada aos acordos de reajuste salarial entre patrões e empregados que tenham intermediação sindical. A minuta do projeto, editada pelas centrais sindicais, fixa um teto para a nova taxa de até 1% do rendimento anual do trabalhador, a ser descontada na folha de pagamento. Esse valor corresponde a até três dias e meio de trabalho por ano, dizem especialistas.

Cara Previdência

O "bônus por produtividade" pago a servidores do INSS, entre 2019 e 2022, por Bolsonaro, inflou negativas de benefícios, ampliando a fila de recursos. Os servidores que tiveram maior bonificação estavam entre os que deixaram de cumprir as metas regulares de trabalho e houve quem ganhou R$ 50 mil só em bônus, acima do teto constitucional (R$ 41.650). As falhas ajudaram na queda da qualidade de análises de processos e baixa eficácia quanto aos objetivos propostos pelo programa, aponta a CGU.

Cara Previdência II

O Governo gastou R$ 292,5 mi nos quatro anos. Segundo a CGU, apenas servidores do INSS foram analisados neste momento, mas existe ainda pagamento de bônus aos peritos médicos. Bolsonaro criou o bônus em março de 2019, com um programa de revisão de benefícios com suspeita de irregularidades, que pagava R$ 57,50 a servidores e R$ 61,72 a peritos médicos. A partir de julho do mesmo ano, o programa seguiu como uma forma de diminuir a fila de pedidos, que chegou a 2 milhões, com pandemia e greves.

Aneel propõe redução de até 37% nas bandeiras

A Aneel analisa, hoje, proposta de consulta pública para reduzir o valor das taxas extras cobradas na conta de luz para bancar o uso de usinas térmicas. Desde abril de 2022, está vigente a bandeira verde, sem cobrança adicional. A ideia da área é reduzir a bandeira amarela em 36,9%, de R$ 2,98 para R$ 1,98 por 100 kWh. A bandeira vermelha pode cair 31,3%, de R$ 6,50 para R$ 4,46 por 100 kWh. Já a vermelha nível 2, para secas mais severas, cairia 18,6%, de R$ 9,79 para R$ 7,87.

Mais informações de Rubens Frota:
e-mail: frotarubens@gmail.com

Banco Central prevê fim de 1ª fase de testes do Drex em maio de 2024

Apesar do cronograma mais extenso nessa fase de testes, o BC mantém a projeção de que a população terá acesso ao Drex no início de 2025

FOTO ADRIANO ISHIBASHI/ZIMEL PRESS/FOLHAPRESS

A diferença fundamental entre o Drex e o Pix está na automação de processos, o que resulta em custos reduzidos

O Banco Central admitiu nesta segunda-feira (21/08) atraso no desenvolvimento do Drex, o real digital. Por isso, a instituição revisou o cronograma da primeira fase de testes e concluiu que esse momento deve perdurar até maio de 2024. Antes, essa fase estava prevista para acabar entre fevereiro e março.

Segundo Fábio Araújo, coordenador do real digital no BC, a inclusão dos participantes na rede está sendo um processo mais lento do que o previsto e questões de privacidade estão se mostrando um desafio para o desenvolvimento da moeda digital brasileira. "A gente está tendo alguns problemas, está executando o cronograma de uma forma um pouco mais lenta do que a gente tinha planejado para colocar as pessoas para dentro da rede", disse.

Nesse primeiro momento, o BC selecionou 16 participantes para integrar a infraestrutura onde serão realizados os testes do Drex na fase piloto. A rede escolhida para essa etapa de desenvolvimento foi a Hyperledger Besu. Ela é baseada na Ethereum, plataforma que usa tecnologia blockchain para registrar transações com ativos digitais.

"Também o processo de escolha da tecnologia de proteção da privacidade tem se mostrado um desafio grande. A gente está conversando com vários provedores. A gente vê que a maturidade ainda não está adequada para o nível que a gente precisa. Isso está fazendo com que a gente ache que é importante rever um pouco o cronograma", disse.

Apesar do cronograma mais extenso nessa primeira fase de testes, Araújo manteve a projeção de que a população brasileira poderá ter acesso ao Drex, ainda de forma experimental, entre o fim de 2024 e início de 2025. A moeda digital brasileira está sendo desenvolvida pela autoridade monetária com o objetivo de trazer avanços em transações mais complexas e popularizar serviços financeiros no país que hoje são caros e pouco acessíveis. O real digital foi batizado de Drex pelo BC no dia 7 de agosto e apresentado como "um passo a mais na família do Pix".

Diferença com o Pix

A diferença fundamental entre o Drex e o Pix, segundo esclareceu Araújo, está na automação de processos, o que resulta em custos reduzidos. Enquanto o Pix está ancorado no sistema financeiro tradicional, acarretando custos operacionais e desafios de recuperação de crédito, o Drex opera sob uma abordagem tecnológica integrada, simplificando as operações e a recuperação de crédito. "O Pix está ligado no sistema financeiro tradicional, e tem todos os custos de operacionalização e de recuperação de crédito. E, nesse ambiente [Drex], a operacionalização já faz parte da tecnologia, e a recuperação de crédito é simples", disse.

Um exemplo concreto é a sua aplicação na mediação de transações envolvendo bens como carros ou imóveis. A digitalização da moeda possibilitará uma plataforma mais segura e confiável para negociações de compra e venda, eliminando intermediários e seus respectivos custos.

Reforma tributária: desoneração da cesta básica custa R$ 34,7 bi

A desoneração de tributos federais sobre a cesta básica proporciona uma redução média de 5% nos preços dos produtos, a um custo de R$ 34,7 bilhões. Com impacto relevante no bolso da população mais vulnerável, o diagnóstico do governo é que a medida pode ter mais foco. Foi o que disse o secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas do Ministério do Planejamento, Sérgio Firpo.

Os dados compõem um dos boletins que serão lançados pelo órgão hoje (22/08), durante o 1º Seminário de Avaliação e Melhoria do Gasto Público, promovido em parceria com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento).

O desenho atual da desoneração da cesta básica está em vigor desde 2013. Governos passados cogitaram restringir o alcance da política, mas esbarraram no temor de aumento de preços nas gôndolas e na repercussão política negativa que uma decisão nesse sentido teria na população.

Na época, o então governo Dilma Rousseff zerou as alíquotas de PIS/Cofins e IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) incidentes sobre alimentos como carnes, peixes, café, açúcar, óleo de soja, manteiga e margarina, além de artigos de higiene como sabonete, papel higiênico e pasta de dente. Outros produtos, como pães, leite, arroz e feijão, já eram isentos.

O problema identificado ao longo dos anos é que, ao incluir na cesta básica a categoria "carnes", o governo estendeu o benefício tanto para carnes de segunda, consumidas pelas famílias de menor renda, quanto para cortes mais nobres. Na Reforma Tributária, a guerra de narrativas em torno do aumento ou não dos preços dos alimentos mobilizou entidades, parlamentares e criou um problema político para o governo. A solução do relator, deputado Aguinaldo Ribeiro, foi prever no texto a isenção total da cesta básica.

Prefeitura Municipal de Quixeramobim/CE - Aviso de Licitação Pregão Eletrônico Nº 130610/023-PERP. O Pregoeiro torna público, para conhecimento dos interessados, que no próximo dia 04/09/2023, às 09:30h, horário de Brasília/CE, estará realizando licitação, que objeta: Registro de preços visando futuro e eventual aquisição de equipamentos de proteção individual e demais materiais necessários para o uso dos profissionais que integram o quadro de vigilância sanitária, junto à secretaria municipal de saúde, tudo conforme especificações contidas no Termo de Referência constante nos Anexos do Edital o qual encontra-se na íntegra na sede da comissão de licitação, situada a Rua Monsenhor Salvano Pinto, 707 Centro, Quixeramobim/CE, ou endereço eletrônico www.bll.org.br - "Acesso Identificado" no link - acesso público" e www.qse.go.br. Maiores informações, no endereço citado, no horário das 08h às 12h, Max Ronny Pinheiro.

Prefeitura Municipal de Baberibe - Aviso de Adiamento Tomada de Preços nº 00.27.2/1/2023. Objeto: Contratação de empresa para prestação de planejamento, desenvolvimento e execução de soluções de comunicação digital (marketing digital) junto ao Governo de Pindaí. A abertura para análise dos documentos de habilitação que estava prevista para o dia 09/08/2023 às 9h, fica adiada para o dia 28/08/2023 às 09h, em virtude de ausência do Presidente da Comissão. Permanecem as condições expedidas anteriormente no teor inicial. Esse aviso poderá ser visualizado também no endereço eletrônico https://www.bebaribe.ce.gov.br. Informações: na Sede da Comissão Permanente de Licitação, localizada na Rua, João Teixeira Ferreira, nº 42, Bairro Centro, Baberibe/CE, no horário das 08h às 14h. Joaenyr Gomes Sousa.

Prefeitura Municipal de Quixadá. Contratantes: Secretaria da Educação, Secretaria de Desenvolvimento Social. Secretaria de Administração, Gabinete do Prefeito. Extratos dos contratos resultantes do Pregão Eletrônico nº 005/2023-PERP nº 005/2023-SEMDE, valor global: R$ 118.120,00, nº 005/2023-SE-SEAD, Valor global: R$ 61.005,00; nº 005/2023-SD-GAB, Valor global: R$ 100.000,00; nº 005/2023-07-SDS, Valor global: R$ 9.333,80; nº 005/2023-08-SDS, Valor global: R$ 6.963,00; nº 005/2023-09-SDS – Valor global: R$ 67.497,00. Contratada: Prisma Produção Musical LTDA, através de seu representante legal, o Sr. José Vandemilson Fernandes dos Santos, nº 005/2023-04-SDS, Valor global: R$ 6.226,40; nº 005/2023-05-SDS, Valor global: R$ 5.896,40; nº 005/2023-06-SDS, Valor global: R$ 36.864,00. Contratada: Mirage Fare Café LTDA, através de seu representante legal, a Sra. Maria Ana Silva Alves. Objeto: Contratação de serviços de buffet (refeição, lanche e coffe-break) para atender as necessidades das diversas secretarias do município. Prazo de vigência até 31/12/2023, contados a partir da assinatura. Assinam pelas contratantes: Venâncio Jardim de Queiroz, Roberta Silveira de Sá Leite, Lorena Gonçalves Holanda Amorim, Izaura Gomes do Nascimento de Oliveira. Data das assinaturas dos contratos: 08 e 06 de junho de 2023.

Prefeitura Municipal de Baberibe. Contratante e signatário: Secretaria de Infraestrutura. Edson Lima, Secretário. Extrato do termo contratual resultante da Tomada de Preços Nº 01.19.02/2023. Contratada: Projet Construções, Serviços e Terraplenos Ltda - ME. CNPJ nº 20.014.873/0001-40, através de seu representante legal, Sr. Lucas Benevides de Carvalho. Contrato Nº 2023/95.27. Valor: R$ 251.865,32. Data da Assinatura do Contrato: 16/08/2023. Objeto: Contratação de empresa para execução de pavimentação em pedra tosca na comunidade de Barrinha dos Lima no Distrito de Parajuru. (Contrato de Repasse nº 912956/2021 - PT 1073448-54). Prazo de vigência: 18/08/2023 a 18/01/2024.

Prefeitura Municipal de Icó - Aviso de Abertura de Envelopes de Propostas da Tomada de Preços Nº 22.03/2023-TP. O Presidente da Comissão Permanente de Licitação, comunica que, após prévia recursal de habilitação, comunica os interessados, especialmente as que participaram do procedimento licitatório acima citado, cujo objeto: Contratação de empresa para executar a reforma de passagem molhada do Riacuinho, conforme planilhas, projetos e cronogramas em anexo, para Abertura do Envelope Nº 02 (Proposta de Preços) que será realizada no dia 24/08/2023, às 09:30h na sala de Reuniões localizada na Rua Francisca Alves de Morais S/N, Centro/Icó, 1º Andar, Icó, Ceará, Michele Rocha Gaudes.

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Maracanaú - Aviso de Julgamento da Fase de Habilitação - Tomada de Preços Nº 10.022/2023-TP. A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura de Maracanaú, Ceará, torna público, para conhecimento dos interessados, que após análise dos documentos de habilitação da Tomada de Preços Nº 10.022/2023-TP, com fins à Contratação de empresa visando a conclusão da obra de urbanização da Lagoa do Mingau, no Município de Maracanaú, Ceará, de interesse da Secretaria de Infraestrutura, Mobilidade e Desenvolvimento Urbano, consideraru habilitadas as empresas: 1) Clezinaldo Construções LTDA - EPP, inscrita no CNPJ nº 22.575.852/0001-07; 2) Contlath Construtora Holanda LTDA, inscrita no CNPJ nº 07.587.402/0001-41; 3) Construtora Astral LTDA, inscrita no CNPJ nº 11.638.599/0001-25; 4) GK Engenharia LTDA, inscrita no CNPJ nº 45.022.579/0001-43; 5) Lexon Serviços & Construtora, inscrita no CNPJ nº 07.191.777/0001-20; 6) Marques Construções e Serviços LTDA, inscrita no CNPJ nº 34.919.723/0001-00; 7) R E Sousa Construções e Serviços LTDA, inscrita no CNPJ nº 40.569.312/0001-74; 8) RVB Construções LTDA, inscrita no CNPJ nº 06.228.418/0001-37; e 9) Construtora Silveira Lima LTDA, inscrita no CNPJ nº 02.746.331/0001-09, tendo em vista que cumpriram todas as exigências editalícias. Em seguida, a Comissão Permanente considerou inabilitadas as empresas: 1) Engeserv Construções e Serviços LTDA, inscrita no CNPJ nº 04.228.561/0001-01, por ferir os itens 3.4.3., o item 3.4.1., o item 5, do edital; 2) Engnord Construções e Serviços LTDA, inscrita no CNPJ nº 32.410.406/0001-39, por ferir o item 3.1.3, c/c item 2.1 do edital; e 3) Construções e Locações Arsaa EIRELI-EPP, inscrita no CNPJ nº 01.316.772/0001-08, por ferir o item 3.5.2.1, c/c 3.5.2.2, do edital. Fica aberto o prazo para interposição de possíveis recursos, conforme determina a Lei nº 8.666/93, art. 109, I, alínea "a". Desde já, caso não exista recurso impugnando esta decisão, fica marcada a sessão para abertura, análise e julgamento dos envelopes "B" (Proposta de Preços) para o dia 31 de agosto de 2023, às 09:00 (nove) horas. **Anderson Gazetta de Sousa – Presidente, Maracanaú - Ceará, 21 de agosto de 2023.**

EDITAL DE CITAÇÃO DE PRAZO, expedido nos autos do Procedimento Administrativo de Usucapião, **PROCESSO Nº 170/2023.** O Dr. Nilo Bitu-ano Lima de Almeida, Bel. Título do 3º Ofício, 2ª Zona de Registro Imobiliário de Caucaia, Ceará, na Travessa Parnaíba Qnz, nº 251, Barro Duro, Caucaia, Ceará, CEP 62.781-000, faz saber que faz: **ANA NICOLLE LIMA DE VASCONCELOS e FRANCISCO AURÉLIO NERI MOREIRA**, e/ou certos e ignorados com o requerimento de USUCAPIÃO, e os seus sucessores, incertos, desconhecidos, ausentes ou incertos do imóvel de maiores dimensões, nele contido e/ou objeto, abaixo descrito, que a lei, **GERANDA NERI MOREIRA**, solicitou a abertura do procedimento administrativo de USUCAPIÃO, visando a declaração de domínio sobre o imóvel **PRÉDIO RESIDENCIAL, situado na RUA CAPITÃO MAGALHÃES, Nº 183, BAIRRO BELA VISTA, CANINDÉ, CEARÁ, encerrando num terreno com área de 465,36 m² (quatrocentos e sessenta e cinco vírgula seis metros quadrados) e perímetro de 88,14 m (oitenta e oito vírgula quatorze metros)**, no seguinte descrição: no norte no marco denominado P01, georreferenciado no sistema geodésico brasileiro, datum - SIRGAS 2000, com coordenadas planas cartesianas UTM, zona 24S, E=465.835,327m e N=9.510.278,782m, distância de 0,0m a Rua Capitão Magalhães; daí segue confrontando com a Rua Capitão Magalhães, com o azimute de 207°07'04,10" e a distância de 11,22m até o marco denominado P02, E=465.830,130m e N=9.510.271,740m; daí segue confrontando com a Rua Emília Martins com o azimute de 187°11'04,50" e a distância de 41,23m até o marco P03 E=465.837,627m e N=9.510.240,823m; daí segue confrontando com os fundos do imóvel nº 25, situado a Rua Francisco Alves Lima com a distância de 17,80m até o marco P04 E=465.830,130m e N=9.510.253,884m; daí segue confrontando com o imóvel nº 181, situado a Rua Capitão Magalhães, com o azimute 12°31'04,54" e a distância de 36,53m até o marco P05, ponto de partida, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superfície de 465,36m2; confrontes: NORTE: com a Rua Capitão Magalhães, distância 12,27m; SUL: com os fundos do imóvel nº 25, situado a Rua Francisco Alves Lima, com distância de 17,80m; LESTE: com a Rua Emília Martins, distância 36,53m e ao OESTE: com o imóvel nº 181, situado a Rua Capitão Magalhães, com distância de 36,53m; com **DESCRIÇÃO IMOBILIÁRIA MUNICIPAL sob o nº 2468**, elegendo duas testas e sendo uma para Rua Antonio dos Santos, requerido a presente edital para comunicação dos interessados incertos, ausentes e não sabidos ou, no prazo de 15 (quinze) dias, a fluir a partir de data da publicação, manifestarem-se sobre o pedido de abertura do procedimento administrativo de usucapião. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado, na forma da lei. Caninde, Ceará, 18 de agosto de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ - COMARCA DE FORTALEZA
15ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhães, nº220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 34923160, Fortaleza-CE - E-mail: for15cvel@tjce.jus.br/ceja/ceja
EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 30 DIAS) Processo nº 0050010-27.2014.8.06.0001
Apensos: 0121939-75.2016.8.06.0001, 0189989-06.2015.8.06.0001, 0204710-15.2015.8.06.0001, 0211365-24.2015.8.06.0001, 0218771-75.2015.8.06.0001, 0218790-41.2015.8.06.0001, 0083238-40.2014.8.06.0001
Classe: **Usucapião** Assunto: **Usucapião Extraordinária - Requerente: Invest Incorporação e Planejamento Imobiliário Ltda** - Terceiro **EDITAL DE CITAÇÃO USUCAPIÃO** Valor da Causa: R$ 1.200.000,00
A Dra. Fabrícia Ferreira de Freitas, Juíza de Direito em responsabilia pela 15ª Vara Cível, por nomeação legal, etc. **FAZ SABER** aos que o presente Edital de Citação, compraz de 30(trinta) dias, virem ou dele tiverem conhecimento, que por parte de **Invest Incorporação e Planejamento Imobiliário Ltda**, sucessora de Consultoria S/A Comércio e Exportação, empresa privada, sediada nesta Capital, na Av. Dom Luis, nº 300, sala 607, Meireles, Fortaleza/CE, inscrita no CNPJ sob o nº 07.129.182/0001-62, foi requerida atos de do Juízo da 15ª Vara Cível, uma Ação de USUCAPIÃO, com o objetivo de que lhe seja declarado o domínio do seguinte imóvel: Um terreno com formato irregular, urbano, situado na Comarca de Fortaleza/Ceará, lado par do logradouro, localizado na Rua Padre Anchieta, nº 130, Jacarangas, propriedade da "BOI Construções e Administração", objeto de matrícula nº 10.271 do Cartório de Registro de Imóveis da 3ª Zona da Comarca de Fortaleza, coordenadas UTM DATUM SIRGAS 2000, com os seguintes limites e confrontações: **Ao Leste (frente)**, partindo do Ponto P-4 ao Ponto P-1, em linha reta no sentido Norte/Sul, coordenadas E(X) 549.973,646m e N(Y) 9.588.849,447m com um ângulo interno de 90°09'09", limitando-se com a Rua Padre Anchieta, medindo 38,59m; **Ao Sul (lateral direita)**, partindo do Ponto P-1 ao Ponto P-2, em linha reta no sentido Leste/Oeste, coordenadas E(x) 549.961,712m e N(Y) 9.588.855,195m com um ângulo interno de 90°09'06" medindo 09,89m; **Ao Oeste (fundos)**, partindo do Ponto P-2 ao Ponto P-3, em linha reta no sentido Sul/Norte, coordenadas E(X) 549.896,196m e N(Y) 9.588.855,195m com um ângulo interno de 90°09'09" medindo 38,59m e **Ao Norte (lateral esquerda)**, fechando a poligonal partindo do Ponto P_3 ao Ponto P-0 em linha reta no sentido Oeste/Leste, coordenadas E(X) 549.907,295m e N(Y) 9.588.711,436m, com um ângulo interno de 90°09'09" medindo 09,89m, perfazendo um área total de 2.647,30m² medindo 2.090,84m² de área construída medindo 216,68m² de pavimento. Com as seguintes orientações e confrontações do imóvel: **AO LESTE (frente)**: medindo 38,59m, partindo do Ponto P-0 ao Ponto P-1 limitando-se com a Rua Padre Anchieta; **AO OESTE (fundo)**: medindo 38,59m, partindo do Ponto P-2 ao P-3 confrontando-se com a parte do imóvel nº 189, propriedade de Antônio Leandro de Souza, com o imóvel nº 185, de propriedade de Maria de Fátima Pessoa Ferreira, com o imóvel nº 179, propriedade de José Alves Pereira, com o imóvel nº 173, propriedade de Raimundo Freire Barros, exists com frente para a Rua Maria Studart e com o imóvel nº 729, propriedade de Pedro Ferreira, com frente para a Rua Carrinaçu; **AO SUL (lado direito)**: medindo 09,89, partindo do Ponto P-1 ao Ponto P-2, confrontando-se com o imóvel nº 134, propriedade de Antônio Carlos de Morais, com frente para a Rua Padre Anchieta, com o imóvel nº 448, propriedade de Silvestre Sousa Costa e com o imóvel nº 460, propriedade de Silvestre Sousa Costa e com o imóvel nº 161, propriedade de João C. Sucupira, todos com frente para a Rua Comendador Lazir Ribeiro e **AO NORTE (lado superior)**: medindo 09,89m, partindo do Ponto P-0 ao Ponto P-3 limitando-se com a Rua Carrinaçu. **Ficam CITADOS** através deste edito, em lugar incerto e não sabido e os eventuais interessados, ausentes, incertos e desconhecidos, para querendo, contestar a ação, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do vencimento deste edital, sob pena de ser considerado como verdadeiro os fatos narrados pela parte autora na inicial. **CUMPRA-SE.** Fortaleza, 16 de agosto de 2023.
Fabrícia Ferreira de Freitas - Juíza de Direito

PUBLICIDADE LEGAL: (85) 3033.7519